Notícias do dia 06 de janeiro

TRIBUNAL DE CONTAS
DO ESTADO DE GOIÁS

O POPULAR / GO - VIDA URBANA - pág.: 12. Qua, 6 de Janeiro de 2021
TCE - GO

Lei libera uso de fundos para pagar despesas de custeio

A partir deste ano, a verba do Fundo de Arte e Cultura do Estado de **Goiás** (FAC) poderá ser usada para custear despesas da Secretaria de Estado de Cultura de **Goiás** (Secult). A mudança, que está na Lei 20.937, do dia 28 de dezembro de 2020, levantou discussões entre produtores culturais goianos, que temem que novos editais para produção de projetos culturais sejam extintos. Entretanto, o titular da Secult, Adriano Baldy, afirma que a mudança é positiva e irá "desengessar" a verba do Fundo Cultural do Estado.

"O FAC não foi extinto. A diferença é que, agora, elas (as verbas) atenderão também outras finalidades. Essas mudanças nos permitirão, além do fomento à cultura, investimentos em outras frentes, como manutenções e reformas de unidades, aquisição de maquinários, contratação de terceirização, entre outras demandas", diz.

Baldy relata ainda que a mudança facilitará a aplicação de editais. "Não havendo contingenciamento, facilita a liberação do recurso pela Economia. Agora teremos entrada permanente de recursos e autonomia para executar despesas, como manutenção dos espaços culturais, eventos, festas culturais, construção e reformas", diz. Segundo ele, em 2021 serão publicados novos editais do FAC.

Se a promessa do titular da Secult se concretizar, essa será a primeira vez em dois anos que um edital do Fundo Cultural será publicado. Durante 2019 e 2020, nenhum edital foi publicado pela pasta com a justificativa de que não existia verba suficiente, uma vez que eles ainda estavam pagando as dívidas dos editais publicados em 2018.

Temores

Entretanto, produtores culturais goianos temem que a possibilidade de os recursos do fundo serem usados para o custeio da Secult possa significar o fim dos editais. "Já estamos há dois anos vivendo com dificuldade, sem editais do FAC. As pessoas precisam entender que somos como qualquer outro segmento. Geramos empregos e precisamos trabalhar para sobreviver. Conheço pessoas que estão passando por dificuldades pela falta de trabalho. Agora fomos pegos de surpresa com essa mudança. Estamos todos com medo de que seja o fim do Fundo Cultural", relata Léo Bigode, proprietário da sócio fundador da Monstro Discos.

De acordo com ele, diversas pessoas do cenário cultural têm tentado contato com a Secult para debater a questão, mas até agora não obtiveram sucesso. "Queremos saber, na prática, quanto será destinado para os editais e quanto vai ficar na secretaria", diz.

Questionado pela reportagem, Baldy afirmou que ainda não foi informado pela Secretaria da Economia qual será o valor da verba para o FAC em 2021 e que aguarda a pasta informar o cronograma de despesas para saber quanto da verba do Fundo Cultural será utilizado pela Secult. Já a Secretaria de Economia informou que a destinação do fundo será a que está definida na referida lei, que é de até 0,5% da arrecadação líquida do Estado. Entretanto, a pasta não comunicou o valor exato que será repassado.

Pequenos produtores

A produtora cultural Malu da Cunha explica que um dos principais medos das pessoas que atuam na área é de que a verba do FAC não chegue até os pequenos produtores culturais e artistas. "Nós temos quase certeza que esse dinheiro não vai chegar em quem realmente precisa. Aí veremos pequenos artistas, que precisam desse tipo de incentivo para sobreviver, sem conseguir acessá-lo", explica. A produtora cultural diz que também é preciso lembrar que as produções culturais são importantes para a sociedade. "A maioria das coisas veiculadas pelo FAC são gratuitas e de fácil acesso à população. Isso faz falta para as pessoas", diz.

Malu ressalta ainda que os profissionais do meio não são contra o investimento nos aparelhos culturais

citados pelo titular da Secult como, por exemplo, aquisição de maquinários, execução de reformas e investimento em eventos. Entretanto, de acordo com ela, é preciso ponderação. "Uma coisa não pode ser feita em detrimento da outra. Estamos falando do sustento de famílias que dependem dos recursos do Fundo Cultural", diz.

A chefe de gabinete da Secult, Leila Soares, diz que a pasta tem um canal aberto de diálogo com os produtores culturais e pessoas que atuam no ramo e afirma que, ao contrário do que está sendo dito pelos profissionais da área, a mudança vai favorecer uma democratização cultural em **Goiás**. "Com essas alterações, teremos mais liberdade para trabalhar. Até o momento, os editais eram muito complexos e somente algumas pessoas acabam conseguindo ter acesso a eles. Agora, faremos de uma maneira de que, seja em **Goiânia** ou lá no nordeste do Estado, na região dos calungas, por exemplo, as pessoas possam acessar a verba do fundo e produzir material cultural de qualidade", finaliza Leila.

Outros quatro fundos são afetados

A lei estadual que permite que os recursos do Fundo de Arte e Cultura do Estado de **Goiás** (FAC) sejam usados também no custeio das atividades da Secretaria de Estado de Cultura (Secult) afeta ainda outros quatro fundos estaduais: Fundo Penitenciário Estadual (Funpes), da Diretoria-Geral de Administração Penitenciária (DGAP); Fundo Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente (**Fecad**), da Secretaria de Estadual de Desenvolvimento Social (Seds); Fundo de Participação e Fomento à Industrialização do Estado de **Goiás** (Fomentar) e o Programa de Desenvolvimento Industrial de **Goiás** (Produzir), da Secretaria de Estado de Indústria, Comércio e Serviços (SIC).

O titular da SIC, Adonídio Neto, explica que as verbas do Produzir, que é voltado para programas, projetos e atividades voltadas ao desenvolvimento econômico, e o Fomentar, que serve para prestar apoio técnico e financeiro para atividades industriais, preferencialmente agroindustriais, não serão usadas na folha de pagamento da SIC. "Nós temos recursos suficientes para fazer esses pagamentos e essa é nossa maior despesa", diz. De acordo com ele, no ano passado parte do dinheiro do Produzir foi usado para a equalização de juros, o que não deve se repetir em 2021. "Este ano teremos o Fundo de Equalização para o Empreendedor (Fundeq), que irá resolver a questão. O dinheiro dos fundos não será sacrificado para nenhuma despesa da pasta", diz.

Já a DGAP, responsável pelo Fundes, que serve para manutenções, aquisições e contratações de projetos no âmbito de manter a qualidade do serviço de execução penal, informa que o dinheiro do fundo será usado para as funções dele e que a lei não representa redução de recursos do Fundes, sendo que "ao contrário, a nova lei estabelece um aumento de 0,4% ponto porcentual sobre o anterior. Ou seja, passa a contar com 2,4% sobre os 2% anteriores".

A titular da Seds, que cuida do **Fecad**, que promove ações na área de proteção e garantia dos direitos das crianças e adolescentes como, por exemplo, a capacitação de assistentes sociais, afirma que a verba do fundo também não sofrerá alterações. "Os custos da secretaria são todos bancados pelo tesouro. Atualmente todas as nossas atividades são voltadas para os fins e não para os meios, que é a parte administrativa. Essa mudança não vai alterar em nada o que temos planejado. O fundo está muito bem estruturado e o dinheiro bem investido, e vai continuar assim", explica Lúcia Vânia.

Em nota, a Secretaria da Economia informa que as mudanças nos fundos "foram idealizadas com o propósito de atender às determinações do **Tribunal de Contas do Estado de Goiás** (**TCE**-GO), lançadas nos Acordão nº 946/2019, bem como para simplificar a operacionalização dos recursos" e que "os ajustes realizados possibilitarão uma melhor eficiência e gestão nos gastos públicos."

Site: https://www.opopular.com.br/digital/06-janeiro-2021/1o-caderno

Maestro Neil Thomson agradece ao governador por recontratação de músicos

Com o orgulho de um "goiano honorário", o maestro Neil Thomson agradeceu ao governador Ronaldo Caiado, por meio de carta enviada, pela recontratação dos músicos da Orquestra Filarmônica de **Goiás** (OFG). Segundo Thomson, "não se trata apenas de um grande ato humanitário, mas também de uma mensagem de luz e de esperança para o futuro da cultura em **Goiás** e no Brasil".

Inspirado pela missão de educar, informar e entreter, o maestro se comprometeu a seguir com o trabalho de levar música da mais alta qualidade aos goianos.

Por determinação do governador, a recontratação dos 49 músicos da OFG foi assinada na última semana.

Previsto para seis meses de duração, o contrato garante os postos de trabalho dos músicos e a continuidade dos trabalhos da Orquestra. Nesse ínterim, está sendo finalizado processo para contratar uma organização social (OS) que realizará a gestão do corpo sinfônico.

Por recomendação do Tribunal de Contas da União (**TCE**), os músicos tinham sido exonerados no último mês de outubro. Com o novo contrato, eles ganham segurança jurídica até a contratação da OS. O cronograma da Orquestra não sofreu prejuízos e as atividades retornam neste mês de janeiro.

A previsão contratual é que sejam realizadas seis apresentações da orquestra, sendo uma por mês, além de projetos especiais ao longo de 2021. O orçamento de R$ 1 milhão, com recursos disponibilizados pela **Goiás** Turismo e destinado à Secretaria de Estado da Cultura (Secult).

Site: http://flip.ohoje.com/public/impresso/5170/5170.pdf

Emater recebe Selo Ouro em Transparência Pública e Certificado em Inovação da CGE

A Agência Goiana de Assistência Técnica, Extensão Rural e Pesquisa Agropecuária (**Emater**) encerrou o ano de 2020 contemplada com o Selo Ouro em Transparência Pública. A honraria foi concedida na ocasião da 2ª edição do "Prêmio **Goiás** mais Transparente", proposto pela Controladoria-Geral do Estado (**CGE**) em parceira com o **Tribunal de Contas do Estado de Goiás** (**TCE**). Este resultado atesta que a Agência atingiu os níveis máximos de exigência em transparência no portal de Acesso à Informação da instituição.

Criado pelo Governo de **Goiás**, o Prêmio **Goiás** mais Transparente é uma premiação pelo atendimento às metodologias que estabelecem normas e padrões de transparência das páginas de acesso à informação de órgãos e entidades do Estado de **Goiás** e pelas iniciativas de inovação em transparência.

Para a direção da casa, ao conquistar o Selo Ouro em 2020 após

ser contemplada com o Selo Prata no ano de 2019, a **Emater** demonstra o zelo, a

preocupação e a seriedade com que tem guiado o aperfeiçoamento dos processos no

portal de Acesso à Informação, iniciando novos degraus de maturidade no cumprimento

da legislação orientadora da administração pública.

Certificado em

Inovação

Na edição, a Agência também foi condecorada com o Certificado em Inovação pela iniciativa "Tecnologia para Inovação no Campo: Sementes com alto padrão de qualidade para os Empreendedores Rurais". Por meio desta página, a **Emater** apresenta os resultados da disponibilização de sementes com tecnologia apropriada ao agricultor familiar goiano no Ano Safra que se encerrou. Estas sementes são fruto de pesquisa agropecuária desenvolvida pela própria instituição, internamente.

O Prêmio **Goiás** mais Transparente integra o eixo 2 - Transparência do Programa de Compliance Público do Poder Executivo do Estado de **Goiás** e visa a possibilitar que a transparência seja um caminho para o controle social e para a melhoria nos serviços prestados pelo Estado à sociedade e não somente uma obrigação ou norma a ser cumprida.

Comunicação Setorial da **Emater** - Governo de **Goiás**

Informações à imprensa: (62) 3201-8340 / (62) 99276-8815

comunicacao.ematergo@gmail.com

Site: https://www.emater.go.gov.br/wp/emater-recebe-selo-ouro-em-transparencia-publica-e-certificado-em-inovacao-da-cge/